



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em: 10.5.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistado: Genivaldo Barros

Responsável pela transcrição: Lucila Barbalho Nascimento (bolsista)

[O trecho anterior não foi gravado, provavelmente por problema no equipamento]

Genivaldo Barros: A criação da Universidade. Ligado a uma Associação Médica, dirigida por doutor Onofre e eu morava no Hospital e o sistema de seleção para entrar na Universidade foi um sistema assim, não havia concurso, então nós, que trabalhávamos no Hospital, éramos admitidos no início da Faculdade e foi o que aconteceu. Posteriormente, surgiram os concursos, eu me submeti ao concurso, mas já na situação de professor adjunto. Mas a entrada e ascensão para o ensino da Faculdade de Medicina não havia, assim, esse critério seletivo, porque praticamente todos os médicos que militavam no Hospital foram absorvidos.

[Inaudível]

Genivaldo Barros: Isso foi 1956.

Carlos Gomes: 56. Muito bem! Quais as circunstâncias que o fizeram reitor?

Genivaldo Barros: Eu era professor, a essas alturas já era professor livre docente e havia um sistema, pela lei, era uma seleção votada creio que, a entender que isso faz tanto tempo que eu

já não tenho mais nem condição, mas acredito que essa é uma lista sêxtupla, eu acho que votada pela comunidade universitária e dentro dessa lista sêxtupla cabia ao Governo da época, ao presidente, escolher entre aquela lista sêxtupla, louvado dos currículos que eram apresentados, indicar um reitor. No momento, ainda não havia a eleição direta que era um pleito da vida universitária, tanto dos professores, quer dizer, dos docentes como também dos estudantes e funcionários.

Carlos Gomes: Bom, eu tenho aqui, vou ler aqui algumas notícias que nós tiramos de jornais e depois a gente faz as perguntas. Segundo reportagem da *Tribuna do Norte*, Adriel Lopes Cardoso na transferência da ASI, do campus universitário para a Delegacia do MEC, afirmou a entrega de pastas vermelhas ao reitor durante uma audiência e momentos antes da saída do próprio Adriel do cargo de Assessor da ASI, momentos antes dele deixar a ASI, ele teria entregue ao reitor duas pastas vermelhas. Eu indago de vossa senhoria sabe que conteúdo tinha essas pastas?

Genivaldo Barros: Não sei que conteúdos tinham porque não conheci, não foi do meu conhecimento a história dessas pastas vermelhas ou verdes. Com referência a essa instituição que você falou agora...

Carlos Gomes: Da ASI.

Genivaldo Barros: Da ASI, que eu na verdade não identifico a sigla que corresponde ao nome da instituição, o que eu posso dizer é o seguinte: quando eu cheguei à Universidade, sabia da existência dessa instituição que tinha o Adriel como delegado ou não sei bem qual era o título que lhe cabia e que ocupava uma sala daqui do prédio da Universidade, que na verdade eu nunca estive lá, não conhecia, mas eu sabia os movimentos estudantis e também docentes se queixavam muito da existência dessa sala aqui com a presença desse funcionário. Eu uma vez, indo a Brasília, no Ministério da Educação, consegui identificar qual era a instituição a qual... como era o nome da empresa?

Carlos Gomes: ASI.

Genivaldo Barros: Da ASI era filiada. Procurei estabelecer uma conversa, assim, um diálogo franco dizendo como me era incômodo... e ele me prometeu que determinaria que essa instituição fosse transferida para um órgão do Ministério da Educação, que existia aqui, acho que ainda existe, com o nome de Delegacia do Ministério da Saúde.

Almir Bueno: Da Educação.

Genivaldo Barros: Ou desculpe, porque eu sou médico. É Delegacia do Ministério da Educação. E fiquei muito satisfeito quando realmente o Adriel me procurou para dizer que ele estava se transferindo com armas e bagagem para esse prédio. Então, eu nunca vi o livro verde ou amarelo.

Almir Bueno: Só aproveitando o gancho, pode ser professor Carlos?

Carlos Gomes: Pode ser!

Almir Bueno: O senhor disse que recebeu essa informação de Brasília, aí o senhor se recorda que órgão e que pessoa deu essa informação?

Genivaldo Barros: Qual foi a pessoa?

Carlos Gomes: O senhor pediu que retirasse...

Genivaldo Barros: Foi a pessoa que eu me dirigi...

Carlos Gomes: Mas foi o MEC?

Genivaldo Barros: Foi no MEC. Foi no Ministério da Educação. Essa instituição ao qual o Adriel era subordinado funcionava dentro do Ministério da Educação, tinha lá o Setor que eu procurei, expliquei como era constrangedor pra mim, até porque eu recebia essa pleito da estudantada e a pessoa que me atendeu devia ser o chefe dessa instituição, o diretor ou coisa assim e me prometeu que isso ocorreria e ocorreu. Mas eu não identifico quem era a pessoa. Isso, sei lá, 40 anos atrás.

Carlos Gomes: Pois não!

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Professor Genivaldo, houve e está havendo aqui agora uma certa contradição. O Coronel José Renato esteve aqui e confirmou essa primeira parte. Que na sua gestão foi extinta e determinaram que entregasse à Delegacia do Ministério da Educação. Mas que ela era o...

Carlos Gomes: O senhor tinha convidado o Coronel José Renato para se despachar, ele chegou até a dizer assim: “ele estava louco para se ver livre de Adriel”.

Genivaldo Barros: Para se despachar?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Sim, inclusive, era ele o chefe que extinguiu da sua gestão.

Genivaldo Barros: É possível que isso tenha acontecido, apenas eu já expliquei, é difícil eu me lembrar de episódios que aconteceram há tanto tempo, mas sei que o Adriel me apareceu para dizer que havia liberado a sala que ele ocupava aqui. É possível, realmente, que o Coronel Leite tenha... Ele disse que tinha sido delegado por mim?

Carlos Gomes: Não, que o senhor o tinha escolhido para ficar, para substituir Adriel, para poder botar...

[Inaudível]

Genivaldo Barros: Lhe confesso, não posso afirmar esse episódio. Entenda bem, eu gostaria que... eu não me lembro de ter dialogado com o Coronel sobre o assunto. Apenas o Adriel me procurou pra dizer que estava se mudando para a Delegacia de Educação.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: [Inaudível]

Genivaldo Barros: Sim, tá certo!

Carlos Gomes: Ele disse até que o senhor “queria se ver livre de Adriel”. Aí outra pergunta que eu faço: o senhor usou alguma vez os serviços dessa instituição, dessa ASI, pra pedir uma informação?

Genivaldo Barros: Não, ocorreu um episódio profundamente desagradável em uma determinada data, isso pra mim foi profundamente traumatizante, eu recebo uma informação das primeiras pessoas que abriram que a Universidade, principalmente o Gabinete do Reitor, tinha sido invadido, talvez a palavra que merecesse dizer agora, quer dizer uma palavra até agressiva com o que fizeram, eu sei que invadiram o Gabinete do Reitor e depredaram, rasgando poltronas, botando um W. Não estava havendo naquela época, ao que me conste, assim, nenhuma alteração, confronto da Administração com a estudantada. O que é que teria causado isso? Então, eu me lembro que eu pedi ao Adriel que se arvorava, se arvorava não, ele por direito tinha uma delegação de pesquisar o que é que tinha acontecido. Ele tinha uns informantes, algumas pessoas que colaboravam com ele anonimamente. Ele depois voltou pra me dizer que não sabia quem tinha feito, não identificou e o assunto morreu, mas houve realmente essa depredação principalmente no Gabinete do Reitor. Era fazendo, parecia aquela história de Zorro, não era um Z de Zorro, era um W. Eu até apelei para o meu pró-reitor, doutor Dalton, e era uma palavra inglesa e ele disse que essa palavra significava guerreiro. Palavra inglesa era guerreiro, mas isso escrito nas paredes. Houve realmente uma agressão ao patrimônio do Serviço Público. Houve esse episódio. Não me lembro da data, mas que ele ocorreu, ocorreu.

Almir Bueno: E o senhor tomou que atitude em relação a isso?

Genivaldo Barros: Bom, na verdade, caberia consultar ao órgão que teria essa finalidade, mas ele disse que não chegou a nenhuma conclusão.

Carlos Gomes: A desocupação foi...

Genivaldo Barros: Não! Isso é outra coisa. Isso foi porquepicharam as paredes, rasgaram poltronas e saíram.

Carlos Gomes: O senhor tem conhecimento se houve, conseqüentemente, esse órgão, se ele fez pressão ou repressão junto a professores e estudantes?

Genivaldo Barros: Não tenho não. Não tenho conhecimento. Ainda existe Adriel? Você me perguntou e eu vou perguntar também, ainda existe Adriel?

Carlos Gomes: Tem. Ele já tem uns 90 anos...

[Inaudível]

Carlos Gomes: Bom, ainda os nossos pesquisadores, olhando jornais da época...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Professor Carlos, eu só queria fazer um adendo aí a sua pergunta porque ele já respondeu parte. Na sua época de...

Genivaldo Barros: Foi de 84 a 87.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Na sua época, que já era uma época de abertura...

Genivaldo Barros: Pré-abertura, ainda...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Já havia eleição. Houve a primeira eleição pra prefeito de Natal nessa época de 82... mas na sua época, isso foi constatado aqui durante os primeiros reitorados, uma pressão não revelada, uma pressão dissimulada, em que havia recomendações da ASI, no seu caso não, porque a ASI não estava funcionando, mas de órgãos de segurança contra reitores, sobre reitores, no sentido de não nomear, promover, conceder possibilidade de cursos, de viagens para o exterior e tudo, uma série de coisas citadas realmente nas primeiras administrações. A minha pergunta é se nessa época você sofreu alguma pressão velada, dissimulada, no sentido de impedir qualquer direito ou vantagem legítima de professores e estudantes?

Genivaldo Barros: Nunca recebi. Nem para obstaculizar e nem tão pouco para ajudar. Nunca fui procurado por nenhum militar que era quem mais ou menos tinha pulso para influir em benefício por conta de alguém.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Agora, eu vou fazer uma pergunta que você responde se quiser, porque não tem nenhuma obrigação. Isso que foi revelado aqui, que é do conhecimento de todo mundo, é do seu conhecimento que, nas primeiras gestões, na época do período 64 até 68, início da década de 70 um pouco, houve isso?

Genivaldo Barros: Não, não é do meu conhecimento e eu até justifico...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não, eu não estou falando um caso específico. Em que havia essa... Genericamente...

Carlos Gomes: Genericamente.

Genivaldo Barros: Não. Até porque uma crítica que eu recebi quando vim para a Universidade era que eu não era, digamos assim, militante da Universidade. Eu era um professor universitário que exercia as minhas atividades de professor não aqui no núcleo da Universidade, as minhas atividades eram exercidas no Hospital Miguel Couto, depois virou Hospital Universitário e hoje Onofre Lopes. Então, eu não convivía muito com a vivência universitária que era aqui no núcleo do campus, onde havia sido recém-inaugurado e o meu mundo era mais o mundo da área médica. Então era difícil eu tomar conhecimento dessas informações que você me pergunta se eu tinha tomado conhecimento. Eu vivia um pouco distante da administração da Universidade.

Carlos Gomes: Há outra informação colhida no jornal em que diz que, apesar da extinção da ASI, em entrevistas com o próprio Adriel, ele disse que existiam muitos documentos confidenciais que ficaram na Reitoria. Fora aquelas pastas, se lembra que existia a guarda de algum documento confidencial?

Genivaldo Barros: Do meu conhecimento, não. E acredito que os colaboradores eram pessoas... é natural que exista a fidelidade de um colaborador junto ao diretor, junto ao chefe.

E todos os companheiros que colaboraram comigo na Administração nenhum deles eu admito pensar que eles cometessem a deselegância ou a desatenção de me mostrar alguma coisa que fosse tido como sigiloso. Excluo essa possibilidade.

Almir Bueno: Professor, só para título de esclarecimento, que tipo de relação o senhor mantinha com o Coronel José Renato Leite?

Genivaldo Barros: O Coronel?

Almir Bueno: José Renato Leite, que foi o sucessor de Adriel na Assessoria de Segurança Interna, a ASI.

Genivaldo Barros: Relacionamento social numa cidade como Natal, que todos se conhecem, mas não havia uma aproximação assim de frequentar a minha casa, nem eu frequentar a casa dele. Sei que era um oficial do Exército que exercia, acho que já estava aposentado nessa época. Encontrávamos nos ambientes sociais, dentro da normalidade.

Almir Bueno: Ele era responsável pelo fornecimento do esclarecimento de informações relativas à atividade de professores, funcionários, estudantes. O senhor, em relação a isso, nunca tratou com ele?

Genivaldo Barros: Não, não.

Carlos Gomes: Bom, tem ainda um recorte de jornal dizendo o seguinte (*Tribuna do Norte*, de 1986): “A ASI continuava em funcionamento neste ano, inclusive o número de telex foi em torno de 500 até o mês de abril, dando uma média de 4,8 telégrafos diários”, aí a pergunta é o seguinte, apesar disso, em 85 a ASI é extinta, ela ainda continuava a insistir em procurar informações, investigações?

Genivaldo Barros: Você está perguntando se eu acho?

Carlos Gomes: Não, porque a *Tribuna* diz que eles continuavam movimentando, passando telex, quer dizer, apesar de extinta ela aparentava ainda ter atividade. É do seu conhecimento?

Genivaldo Barros: Eu lhe digo que durante o tempo que a ASI esteve aqui, quando eu reitor, o meu relacionamento com a ASI praticamente não funcionava, a outra vez que eu procurei a ASI foi quando houve esse atentado, mas em outra oportunidade eu nunca mantive contato. Até porque eu sentia que a ASI era uma peça estranha dentro da Universidade, tanto assim que me empenhei em ir a uma pessoa que eu nem conhecia, apenas eu expliquei a minha situação. E esse, não sei bem o que era, a pessoa a quem eu me dirigi em Brasília atendeu a minha solicitação e providenciou o deslocamento da ASI pra fora.

Carlos Gomes: Bom, a série de perguntas que a gente tinha relacionado está extinta, já está passada. Alguma pergunta a mais? Pois não, Moisés.

Moisés Domingos: Professor, na sua época de reitor, o senhor lembra-se de ter havido algum processo administrativo em relação a algum ato político na Universidade?

Genivaldo Barros: Ato político?

Moisés Domingos: Sim, de aluno, servidor, esse ato que o senhor disse que picharam o seu setor aí?! Houve processo administrativo?

Genivaldo Barros: Não, eu me limitei, como a ASI não chegou à conclusão nenhuma, eu poderia ter procurado a justiça ou qualquer outro órgão, mas não, o assunto encerrou, também estragaram umas cadeiras e eu não promovi a demanda.

Moisés Domingos: Então a Universidade arcou com o prejuízo?

Genivaldo Barros: Perfeitamente!

Moisés Domingos: E não houve nenhum caso de processo administrativo no seu período? Processo administrativo que tenha punido algum servidor...

Carlos Gomes: Pra apurar...

Genivaldo Barros: Houve uma época em que um grupo de estudantes invadiu a Universidade e eu, pra evitar um confronto, trazendo para cá a Polícia Federal ou o órgão a quem eu caberia pedir apoio pra resguardar a minha responsabilidade, saí do Gabinete que foi realmente invadido, até depredado, e montei o Gabinete em um prédio aqui, parece que era ETA, alguma coisa com ETA e, no desenrolar, apelei para a Justiça Federal que cabia me dar, a quem eu queria dizer, explicar que aconteceu esse episódio e o conselho do Juiz Federal para que salvasse a minha responsabilidade. Eu deveria fazer a denúncia pedindo que aquele bem público que estava sob a minha gestão, sob minha responsabilidade, tomasse providências. E realmente o Juiz da época, o Juiz Federal determinou que isso fosse feito.

Carlos Gomes: Agora, nessa apuração não apareceu nenhum culpado. Quem fez a depredação?

Genivaldo Barros: Não, são duas coisas distintas.

[Inaudível]

Moisés Domingos: Não existiu processo administrativo?

Carlos Gomes: Não, houve judicial.

Genivaldo Barros: Houve processo judicial.

Carlos Gomes: Esse da invasão?

Moisés Domingos: Quer dizer, pulou pra Justiça, aqui dentro não foi feito.

Genivaldo Barros: Não, eu pedi apoio da Justiça Federal. Que me cabia dizer que o prédio tinha sido invadido. E então a Justiça Federal tomou realmente as medidas cabíveis.

Carlos Gomes: Mas não se encontrou culpado de nada né?

Genivaldo Barros: Detalhe, isso aí eu me lembro, o que é que aconteceu. No momento em que o Juiz Federal da época, que era doutor José Delgado, que tomaria por termo aquela denúncia que eu estava fazendo, então ele determinou que a Polícia Federal viesse desocupar o prédio e os estudantes continuaram aqui. Ficou aquele vai não vai e eu estava em casa quando, às 10 horas da noite, chega lá uma Comissão, uma Comissão não, um Delegado de uma Representação, de uma Delegação formada pelo Dom Nivaldo Monte, Garibaldi Filho, Geraldo Melo, eu acho que só. Esse representante se dizia pedindo que eu viesse aqui para que eles intermediassem uma solução pacífica. Essas alturas, o Juiz Federal já havia determinado à Polícia que viesse fazer a desocupação. Vim pra cá às 10 horas e em atenção, quer dizer, a Comissão tentava, vamos dizer assim, me solicitar que eu abrisse mão do que eu havia dito, do que eu havia pedido ao juiz. Em atenção à Comissão, eu liguei às 11 horas da noite para o Juiz, Doutor José Delgado. Delgado deu a entender que uma vez ele tendo feito a provocação, a solicitação para a Polícia Federal, o Processo tinha começado e então a Polícia Federal viria de qualquer maneira desalojar os estudantes. Houve intermediação dessas três pessoas que eu citei e o fato é, invés da Polícia de imediato, deixaria para o outro dia de manhã e, assim, os estudantes se retiraram. Houve essa, como se diz, essa negociação. Parnamirim foi agradável porque seria... para mim seria transtornador ver a Polícia expulsando a estudantada... e no outro dia foi que Polícia veio retomar o prédio.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Antes de dar o testemunho, é o testemunho que eu quero dar, eu queria perguntar ao professor Genivaldo qual a razão dessa ocupação do seu Gabinete? O motivo, a reivindicação?

Genivaldo Barros: A reivindicação era manter o mesmo preço das refeições do Restaurante Estudantil quando o Governo e o Ministério da Educação não estavam me dando suporte para manter aquele preço. Eu teria que aumentar e a estudantada não aceitava esse aumento. Esse foi o motivo da invasão.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu só queria aqui dar um testemunho. Eu era professor já na época, já há algum tempo, né? Já era um professor maduro, né? Eu tinha 20 quase já de Magistério e o testemunho que eu posso dar na época é que grande parte dos professores, gestores e diretores de Faculdade, aliás não tinha Centro ainda não. Tinha? Acho que não. Criticavam o Magnífico Reitor Genivaldo Barros, acusando-o de leniência porque

não tinha agido a rigor, com mão de ferro, solicitado a Polícia Estadual ou a Federal diretamente e tal, então esse testemunho eu tenho que dar porque a posição que ele tomou na época é uma posição que... exatamente, ele até se precatou junto à Justiça pela responsabilidade do... patrimônio, né? Mas retirou-se da sala quando foi invadida... foi pra casa e isso foi motivo de muita crítica em setores mais duros, mais autoritários. Ele pagou esse preço durante muito tempo. Por ter tido uma atitude realmente democrática.

Genivaldo Barros: Hoje, me agrada saber. Sempre que eu encontro companheiros dizem: “Doutor Genivaldo, Professor Genivaldo, o senhor é um homem sensato! Se naquela época o senhor tivesse feito valer o direito que o Juiz Federal tinha lhe dado e feito com que, quer dizer, não tivesse aceitado a acomodação da Comissão que, em respeito a pessoas amigas minhas, eu levei em consideração e talvez a Polícia tivesse entrado e batido, botado pra fora, usado a violência que eles usam, talvez o senhor hoje fosse vítima por isso”. Não me arrependo de ter feito isso! E muitos, às vezes eu encontro companheiros, talvez desses que achavam que eu deveria ter batido, quer dizer, ter batido não, ter engrossado, “você tinha razão”. Já nesse ambiente, vou contar um episódio interessante que aconteceu, não é nada disso, mas como às vezes isso talvez tenha sido a nível nacional a primeira invasão. Tempos depois, estive aqui fazendo uma conferência, o reitor da Universidade de Brasília... a convite de um grupo de... qualquer uma dessas instituições. Veio fazer aqui uma palestra e...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Hoje Senador Cristovam Buarque.

Genivaldo Barros: Exatamente! Senador Cristovam Buarque. Veio a convite de uma dessas instituições e o grupo que convidou talvez até para agredir a Administração ignorou, não avisou ao reitor que tinha convidado um reitor para fazer uma palestra. Você vê como o ambiente era realmente difícil pra se conviver com as lideranças. O professor Buarque, homem sensível, disse o reitor “não, não vem não”. Então ele, antes de vir para a conferência, foi ao meu Gabinete e me convidou pra vir participar e eu vim muito satisfeito participar pela atenção dele. Haviam ensaiado, nesta época, também no momento em que firmou uma outra ação de pressão em cima da Administração, não me lembro o que, já não era... e então vem um grupo de estudantes, administrado, orquestrado por lideranças de professores para pressionar o reitor diante do professor que estava fazendo a conferência. Aquilo pra mim como reitor foi profundamente desagradável e o reitor visitante teve o bom senso de pedir

àquela turma que invadiu a sala de aula, que era aí nesse auditório, para suspender a reivindicação, mas que o deixasse fazer a palestra, que eletinha vindo de Brasília para fazer. Naturalmente a história terminou e os estudantes se afastaram, aquilo pra mim foi profundamente desagradável, né? E o interessante é que algum tempo depois eu recebo um telefonema do Gabinete do Reitor de Brasília: “Genivaldo, eu estou lhe telefonando pra dizer o seguinte: há algum tempo eu, aí na tua Universidade, vi a situação de desconforto que você teve. Eu estou só lhe telefonando apenas pra dizer que a mesma coisa aconteceu comigo agora. O meu Gabinete foi invadido por uma estudantada”. E depois o negócio foi tomando corpo, foi tomando corpo e hoje essas invasões se fazem em Ministérios e se bate, se quebra e se destrói vegetação, aí a imprensa se encarrega de divulgar esses distúrbios que essas pressões fazem em cima das Administrações. Isso entrou apenas pra contar como a história evoluiu e pelo que eu imaginei e pelo o que sei, talvez a invasão da Universidade do Rio Grande do Norte tenha sido a pioneira desses desmantelos.

Mayane Ranice Costa da Rocha: Professor. Boa tarde, professor. A questão que eu tenho pra fazer pra o senhor é através de um jornal, da *Tribuna do Norte*, do dia 4 de junho de 1985, que a manchete diz assim: “Pressão sobre o reitor contra a ação da ASI”

Genivaldo Barros: Contra o que?

Carlos Gomes: A ação da ASI.

Mayane Ranice Costa da Rocha: A ação da ASI.

Genivaldo Barros: Sim, sim.

Mayane Ranice Costa da Rocha: “Pressão sobre o Reitor contra a ação da ASI”. Essa manchete vem trazendo a formação de uma Comissão, denominada Comissão de Emaús e essa comissão teria com um dos objetivos orientar o reitor quanto aos procedimentos a serem adotados para a extinção da ASI. Aí mais a frente, nessa reportagem, fala de um professor que eu vou ler: “Segundo o professor Claudio Emerenciano, um dos integrantes do Grupo de Emaús, no último dia 29, quando de uma reunião realizada com o Reitor Genivaldo Barros, que retornava da Europa, foi dito que a extinção da ASI é um a aspiração unânime da

Comunidade Universitária. Lembramos ao reitor que ele havia assumido esse compromisso quando candidato...”, isso são palavras do professor Claudio Emerenciano. O que se observa é que esse era um desejo não só dos alunos, dessa retirada da ASI, mas também dos professores que compunham essa Comissão. A minha pergunta se dá: o senhor teria conhecimento se os professores, ao procurarem o senhor para a retirada da ASI se sentiam ameaçados, coagidos, com a presença da ASI?

Genivaldo Barros: Eles se sentiam incomodados, tanto é e o próprio reitor se sentia incomodado a ponto de tomar a posição que tomou e pleitear que a ASI e, como é que o Coronel disse? Ah, sim, eu queria me livrar da ASI.

Mayane Ranice Costa da Rocha: O senhor teria, assim, lembrança de algum caso específico que algum professor chegou para reclamar que estaria se sentindo ameaçado pela ASI?

Genivaldo Barros: Não, na verdade, não.

Mayane Ranice Costa da Rocha: Obrigada!

Moisés Domingos: Professor, aqui, o senhor lembra, desse período de gestão, se assinou alguma demissão de servidor?

Genivaldo Barros: Se assinei alguma demissão?

Moisés Domingos: Demissão, isso!

Genivaldo Barros: Devo ter assinado. É natural. Especificamente é difícil querer...

Moisés Domingos: Não lembra de nenhum caso não?

Genivaldo Barros: Não, não. É possível!

Carlos Gomes: Bom, professor, o senhor pode usar da palavra para as considerações que tiver.

Genivaldo Barros: Não, não, não! Eu não tenho nada a acrescentar. Apenas que eu vim aqui mais em homenagem a você.

Carlos Gomes: Diga, minha filha.

[Inaudível]

Carlos Gomes: Eu fiz aquelas perguntas que me mandaram. Já está tudo anotado. É um caso específico?

Juan de Assis Almeida: É porque nós encontramos uma matéria de jornal informando a expulsão de um aluno da Residência Universitária por ser homossexual, na gestão do Professor Genivaldo. Esse caso foi parar na Justiça Federal e o Juiz Federal, José Augusto Delgado, que o professor citou, ele confirmou a expulsão do aluno dizendo que era um... por ele ser homossexual...

Pessoa não identificada: E militante!

Juan de Assis Almeida: Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso. O senhor se lembra desse caso?

Carlos Gomes: Se lembra desse caso?

Juan de Assis Almeida: [Inaudível].

Genivaldo Barros: Não tenho, não tenho condições. Era um homossexual?

[Inaudível]

Genivaldo Barros: Que o Juiz mandou botar pra fora?

Juan de Assis Almeida: [Inaudível].

[Inaudível]

Juan de Assis Almeida: A sentença do Juiz Federal, José Augusto Delgado, para Mandado de Segurança do universitário Claudio José de Lima, tendo... a decisão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que o expulsou da Residência Universitária sobre o argumento dele ser homossexual assumido e militante. Disse o Juiz: “Não conheço do Mandado de Segurança por reconhecer ser impossível o pedido, por ausência de moralidade, principio geral do direito implícito em todo ordenamento jurídico, pelo qual indefiro a petição inicial. Defiro o Ministério Público Federal...”.

[Inaudível]

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Esse assunto já tinha sido levantado aqui, mas essa sua exposição eu não entendi.

Juan de Assis Almeida: É porque essa reportagem tá incompleta, tem outra que...

[Pessoas falando ao mesmo tempo, inaudível]

Carlos Gomes: A impressão que eu estou é que o Juiz foi contra a quem queria expulsar.

Juan de Assis Almeida: Não.

[Inaudível]

Juan de Assis Almeida: Era o universitário Claudio José de Lima, aluno do curso de Jornalismo. Ele foi expulso da Residência Universitária...

Almir Bueno: Por quem?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Por quem?

[Inaudível]

Juan de Assis Almeida: Pela Universidade.

[Inaudível]

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Universidade não expulsa ninguém!

Juan de Assis Almeida: Foi um ato da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ato oficial?

Juan de Assis Almeida: É, um ato oficial que expulsou ele.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Esse segurança que entrou aí na história era o que?

[Inaudível]

Juan de Assis Almeida: [...] um Mandado de Segurança perante a Justiça Federal...

[Inaudível]

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Espere, ainda não entendi nada! Espere, deixe ele responder aqui porque se não... Ele foi expulso por uma determinação, teria sido expulso por uma determinação da Pró-Reitoria, não se cita ato nenhum? O segurança, o que é que tem na história?

Juan de Assis Almeida: [...] um Mandado de Segurança...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ah, não é um segurança!

[Inaudível]

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ele entrou com um Mandado de Segurança para ser reintegrado!

Carlos Gomes: E o Juiz disse o que?

Juan de Assis Almeida: O Juiz Federal, que era professor de Direito, disse que o ato era totalmente cabível...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Isso é uma notícia de jornal ou existe essa...

Juan de Assis Almeida: Não, notícia de jornal! [inaudível].

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: É. Com todo respeito ao jornal, eu pessoalmente não acredito, digo isso aqui com toda... posso discordar de todo mundo aqui, não acredito que tenha havido uma sentença do Juiz, Ex-ministro do STJ, José Augusto Delgado, colega de Universidade, de Direito e de Medicina, somos contemporâneos, tenha proferido uma sentença dessa. Eu não acredito! Essa história tá mal contada! Quer dizer, não é a história toda. Eu diria mais o seguinte, Genivaldo, deixa só eu concluir aqui, eu vou sugerir ao presidente que nós procuremos nos aprofundar nessa história que é altamente constrangedora de início, um aluno ser afastado dessa Universidade por homossexualismo, mesmo naquela época. Agora, eu não acredito viu?! Podem todos acreditar, eu não acredito que tenha havido uma sentença de José Augusto Delgado nesse sentido! Seria interessante aprofundar pra saber a autoria do ato de expulsão, isso aí eu acredito que houve e que pode ter sido devido ao clima da época, até ser uma expulsão na marra. Sem ato, sem nada, ou seja, pressiona e...

[Inaudível]

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não, eu digo da expulsão mesmo: “olha você tem que sair daqui senão vai haver alguma represália” e ele saiu. E eu acredito também que ele tenha entrado na Justiça pra ser reintegrado, agora não acredito que José Augusto Delgado tenha, não acredito. E sugiro que vão aprofundando pra esclarecer esse fato.

[Inaudível]

Moisés Domingos: Professor Ivis, é uma notinha só. Ele simplesmente negou o Mandado de Segurança, só. Não era um caso de Mandado de Segurança, só isso. Ele não entrou no mérito...

[Inaudível]

Thales Gomes de Lima: Professor, só pra falar, pelo que eu entendi da decisão, há sim uma discussão de mérito na medida em que ele fala que o ato de homossexualismo é um ato imoral e que isso afronta as bases do direito.

Moisés Domingos: Não tinha isso aí não!

Thales Gomes de Lima: Tem, ele leu!

Carlos Gomes: [Inaudível]

[Inaudível]

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Vocês entendem que tem isso no jornal, a gente precisa saber a sentença...

[Inaudível]

Genivaldo Barros: É um negócio tão complicado, que a cidade toda tomaria conhecimento.

[Inaudível]

Genivaldo Barros: Algo mais?

Carlos Gomes: Não! Quer dizer alguma coisa a mais?

Genivaldo Barros: Não, não, não.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Só queria dizer a você o seguinte, todo grande jornal tem seu dia de...

Thales Gomes de Lima: Professor, só mais uma pergunta, desculpe interromper, a gente queria saber se o professor sabe, na época, antes da ASI ser transferida, em qual localidade da Universidade ela se localizava? Qual local a ASI... antes de ela ser transferida... MEC...

Genivaldo Barros: Não sei. Em que sala era não sei.

[Inaudível]

Genivaldo Barros: Não, não, não. Não era no prédio da Reitoria. A Reitoria estava em fase de montagem ainda.

[Inaudível]

Genivaldo Barros: Eu não sei qual é a sala!

Carlos Gomes: [Inaudível]

Conceição Fraga: Olha, eu fui chamada pra Universidade, meu nome é Conceição Spinelli... Professora do Departamento de Educação, aposentada, quando eu fui contratada, a ASI me convidou pra vir fazer umas perguntas a mim. Realmente, eu peguei o microfone para colocar que ela era na Biblioteca, naquela portinha abaixo da Biblioteca, a gente descia e eu fui chamada não sabia nem o que era, já estavam com todos os meus papéis todos organizados, minhas documentações, a grande preocupação do pessoal da ASI era, eu passei uns 40 minutos lá, ele me perguntando como é que eu tinha conhecido Spinelli, eu sou esposa de Spinelli, aonde eu tinha conhecido Spinelli, há quando tempo eu conhecia Spinelli, era tudo em cima do pobre do Spinelli as questões todinhas. Eles não tinham nenhuma intenção talvez de saber, porque a minha militância era num outro nível, a militância de Spinelli foi noutro nível, mas havia uma inquisição severa de saber de todos os passos de Spinelli, ele tinha

estudado onde, em Pernambuco, o que ele tinha estudado, aqui que ele tinha trabalhado na Fundação José Augusto, eles sabiam absolutamente, a gente vinha até conversando pra gente dar uma olhada o que é que tem aí em cima do Spinelli. Eu sei onde ficava a ASI, ficava lá em baixo e eu era tão inocente que eu não sabia por que era que eu estava sendo chamada por aquele órgão de repressão aqui na Universidade. Ela existiu. Ela não chamou só a mim. Era na época de Domingos ainda, Domingos era reitor. E nós fazíamos depois disso, nós fazíamos mobilizações aqui, já na época de Diógenes, com faixas para que a ASI saísse da Universidade, houve uma mobilização intensa da ADURN, nós fizemos mobilização aqui na parte da manhã toda, havia uma audiência na Biblioteca Zila Mamede e nós todos com faixas pretas, boca lacrada, todo mundo de luto e havendo uma audiência lá em cima do fim da ASI.

[Inaudível]

Almir Bueno: Só pra esclarecimento. Com essa informação, o professor Genivaldo diz que não sabia onde funcionava.

[Inaudível]

Almir Bueno: E o senhor era o reitor na época né? É um fato que foge a...

Genivaldo Barros: [Inaudível] a ASI não me prestava serviço. Lancei mão uma vez para ver se ele localizava pessoas, mas o meu empenho era tirar a ASI de dentro da Universidade.

[Inaudível]

Almir Bueno: Não, então é bom registrar isso porque ela funcionava numa dependência da Universidade e o próprio reitor não sabia da sua localização física.

Genivaldo Barros: Porque era uma instituição não da Universidade, era uma instituição do Ministério da Educação que tinha... da mesma maneira que, quer dizer, o senhor pra mim não existe, não poderia chegar e dizer que uma outra atividade da Universidade...

[Inaudível]

Genivaldo Barros: Algo mais?

[Inaudível]

Kadma Maia: Ali na placa de inauguração diz que essa Reitoria foi inaugurada em maio de 79.

Kaline Faria de Araújo: Professor... maio de 79.

Kadma Maia Então, acredito que durante o período do professor Genivaldo, a Reitoria funcionava na Biblioteca Zila Mamede.

[Inaudível]

Kadma Maia: Professor Genivaldo, como a ASI funcionava na Biblioteca e naquela época a Reitoria também funcionava na Biblioteca, como o senhor não sabia dessa sala dentro do mesmo espaço?

Genivaldo Barros: Mas quando eu assumi a Reitoria, a Reitoria já funcionava aqui! Funcionava aqui! Eu assumi e a Reitoria era aqui!

Kadma Maia: Não tinha esse prédio, mas existia uma construção?

Genivaldo Barros: Existia a construção aqui. Parece que um órgão ligado a um Centro de Saúde... mas o Gabinete do reitor era nesse prédio onde é hoje.

Kadma Maia: Porque, assim, retomando uma pergunta que o professor Carlos Gomes fez da matéria da *Tribuna do Norte* de 21 de julho de 85, quando da saída da ASI da UFRN para a Delegacia do MEC, o próprio Adriel Lopes Cardoso tinha dito que a *Tribuna do Norte* foi até o local onde estava sendo retirado o material todo que a ASI compunha naquela época e dentro lá ele trata até como entulhos que estavam desarrumados, havia uma segunda sala onde encontrava-se um cofre fechado, completamente fechado e o repórter perguntou a ele do que

se tratava e ele disse que tratava-se de papéis confidenciais naquele cofre e ninguém soube dizer pra onde esses papéis confidenciais foram. Esse mesmo jornal diz que quando Adriel, uma vez deixando a UFRN e se dirigindo para Brasília, havia procurado o senhor e teria entregue essas pastas vermelhas ao senhor com certa documentação.

Genivaldo Barros: Esse assunto já foi abordado logo no início.

Kadma Maia: Isso!

Genivaldo Barros: E eu disse que não recebi nenhum papel vermelho, nem verde.